

LEI Nº 2.891, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2008.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

~~Art. 1º~~ — O Orçamento Geral do Município de Alegre-ES, para o exercício financeiro de 2008, estima a Receita e fixa Despesa em R\$ 55.450.935,75 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos):

~~Art. 2º~~ A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES	49.847.710,55
— Receitas Tributárias	5.448.500,00
— Receitas de Contribuições	5.365.000,00
— Receitas Patrimoniais	626.700,00
— Receita Industrial	10.000,00
— Receitas de Serviços	2.549.100,00
— Transferências Correntes	34.719.750,00
— Outras Receitas Correntes	1.128.660,55
— (-) Deduções para o FUNDEB	(3.773.774,80)
RECEITAS DE CAPITAL	6.880.000,00
— Alienação de Bens	65.000,00
— Transferências de Capital	6.815.000,00
RECEITAS CORRENTES — OPER. INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.497.000,00
— Receita de Contribuições — Operações Intraorçamentárias	2.497.000,00
TOTAL GERAL	55.450.935,75

~~Art. 3º~~ A Despesa fixada a conta das Receitas acima relacionadas, observará a programação constante dos anexos que compõe este Orçamento, conforme Legislação vigente especificada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa e Projetos / Atividades, ficando o Poder Executivo autorizado a executá-la na forma prevista nesta Lei.

Código ~~DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO~~

01	Legislativa	R\$	1.470.000,00
02	Judiciária	R\$	226.000,00
04	Administração	R\$	8.286.000,00
08	Assistências Social	R\$	1.151.693,00
09	Previdência Social	R\$	2.509.000,00
10	Saúde	R\$	16.327.762,81
12	Educação	R\$	14.450.779,94
13	Cultura	R\$	1.036.000,00
15	Urbanismo	R\$	1.518.500,00
16	Habitação	R\$	35.000,00
17	Saneamento	R\$	1.577.000,00
20	Agricultura	R\$	997.000,00
23	Comércio e Serviços	R\$	10.000,00
25	Energia	R\$	872.000,00
27	Desporto e Lazer	R\$	319.500,00
28	Encargos Especiais	R\$	3.122.700,00
99	Reserva de Contingência	R\$	1.542.000,00
TOTAL DAS FUNÇÕES		R\$	55.450.935,75

~~DESPESAS POR ÓRGÃO~~

Poder Legislativo	R\$	1.580.000,00
Câmara Municipal	R\$	1.580.000,00
Poder Executivo	R\$	34.059.000,0
Gabinete do Prefeito	R\$	450.000,00
Secretaria Municipal de Administração	R\$	2.851.000,00
Secretaria Municipal de Finanças	R\$	2.822.000,00
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	R\$	5.285.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.232.500,00
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	R\$	1.030.500,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	R\$	707.000,00
Procuradoria Geral do Município	R\$	582.000,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$	1.186.693,00
Secretaria Municipal de Educação	R\$	10.008.479,94
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	R\$	16.327.762,81
Regime Próprio de Previdência Social de Alegre — RPPSA	R\$	3.863.000,00
SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgoto	R\$	2.750.000,00
Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre —	R\$	4.775.000,00
TOTAL GERAL	R\$	55.450.935,7

~~**Art. 4º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do Título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964, em realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167, III da Constituição Federal e Resolução do Senado Federal, com prévia autorização do Poder Legislativo.~~

~~**Art. 5º** Fica o Poder Executivo, Legislativo e demais Unidades Gestoras constantes e consolidadas no orçamento municipal da Prefeitura Municipal de Alegre, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, autorizado a:~~

~~I Abrir créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) sobre o total das despesas fixadas em seus respectivos orçamentos, para reforço de Dotações Orçamentárias, de acordo com o art. 7º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64, utilizando como fonte de recursos as definidas no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. (Redação dada pela Lei nº2.967/08)~~

~~**Art. 6º** O pagamento do serviço da dívida e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.~~

~~**Art. 7º** O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do Governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o Município.~~

~~**Art. 8º** Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a Título de contribuições e subvenções, reconhecida de utilidade pública, nas áreas de educação, cultura e esportes, agricultura, saúde e assistência social, conforme quadro descritivo do Anexo I.~~

~~**§ 1º** Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Aplicação apresentado pela entidade beneficiada.~~

~~**§ 2º** Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo.~~

~~**§ 3º** Fica vedada a concessão de ajuda financeira a entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.~~

~~**Art. 9º** O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização das despesas, fixando medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, inclusive através de uma programação financeira, a fim de obter o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.~~

~~**Art. 10** Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 23 de novembro de 2007.

DJALMA DA SILVA SANTOS

Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

ANEXO I

Quadro Demonstrativo das Entidades a receberem Contribuições e Subvenções durante Exercício Financeiro de 2008

SUBVENÇÕES

APAE – Alegre / ES	R\$	24.000,00
LAR ESPÍRITO SANTENSE DA CRIANÇA / ALEGRE	R\$	15.000,00
ASSOCIAÇÃO LUIZA DE MARILAC – ALEGRE/ES	R\$	6.000,00
CASA DE CARIDADE SÃO JOSÉ	R\$	420.000,00
ABDM – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DIAS MELHORES	R\$	10.000,00
TOTAL DAS SUBVENÇÕES	R\$	475.000,00

CONTRIBUIÇÕES

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRE	R\$	17.000,00
APROART	R\$	6.000,00
LIRA CARLOS GOMES	R\$	6.000,00
INCAPER – ALEGRE/ES	R\$	12.000,00
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO CAPARAÓ	R\$	10.000,00
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	105.000,00
FAFIA – FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE	R\$	121.000,00
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	R\$	277.000,00

TOTAL GERAL	R\$	752.000,00
--------------------	------------	-------------------